

As impunidades do Brasil

Os mais diferentes tipos de crimes, como roubos, furtos, latrocínios, tráfico de drogas e corrupções acabam quase sempre impunes em nossa sempre esperançosa nação.

Independentemente da localização ou do tamanho da cidade, as pessoas sentem-se engaioladas física e moralmente, são vilipendiadas em seus mais caros valores morais, suas casas são arrombadas, seus bens são assacados, seus entes queridos são mortos nas ruas, nas residências e em locais onde deveria haver a proteção do Estado.

Muitos homens públicos sabida e historicamente desonestos continuam influenciando as decisões no Brasil, fazendo defesas de um compromisso social e de uma honra que não possuem. O ex-Presidente José Sarney, prevalecendo-se do clima de choque em que estava a nação pelos assassinatos em Realengo, no Rio de Janeiro, propôs um novo plebiscito do desarmamento. Ora, este chamamento público é uma pequena gota d'água em todo o oceano de ajustes de leis penais e processuais que são necessárias neste País. Em cima dessa desgraça do Realengo surgiu uma enxurrada de políticos fazendo discursos indignados. No entanto, são esses mesmos políticos que foram e ainda são omissos em suas missões político-constitucionais. São eles que, por suas ações ou omissões, contribuem com essas mazelas sociais que vivemos.

Seria injusto colocar todos os homens públicos no mesmo patamar depreciativo. Existem muitas pessoas honestas nessa seara, mas que, infelizmente, não conseguem mudar a cultura da impunidade que hoje compromete o tecido social brasileiro.

Não sou especialista em direito penal, aliás, pouco conheço essa área. No entanto, como toda a população trabalhadora, fico perplexo com as volumosas impunidades, grandes e pequenas, que temos notícias diariamente. O desonesto relativamente esperto sai ileso da sanção social.

Hoje, no Brasil, o assassino de uma pessoa tem enormes chances não ir preso e nada responder à sociedade. Isso é agravado se esse infrator ainda não completou 18 anos, quando é solto com mais rapidez, mesmo tendo ceifado a vida de muitas pessoas, como em recente caso que aconteceu na Grande Porto Alegre. O Poder Judiciário, necessariamente submisso às condescendentes leis penais e processuais brasileiras, obriga-se a soltar o bandido para que este dê sequência aos seus atos criminosos.

Quando, a duras penas, a sociedade consegue punir algum meliante, o sistema carcerário não funciona, está desmantelado. Os servidores não têm condições de bem executar suas atividades nas prisões. Os bandidos lá de dentro dominam a vida da sociedade fora dos presídios.

Além disso, quando há o rigor natural contra os bandidos, os chamados defensores dos direitos humanos fazem denúncias muitas vezes sensacionalistas e acionam a Justiça contra quem está protegendo a sociedade. Não me lembro de um defensor dos direitos humanos propugnar por sanções rígidas e efetivas ao criminoso que estupra e mata uma criança. Nesse momento, há um silêncio covarde e criminoso dessas pessoas. Sei que existem problemas, e graves, no combate ao crime, mas não se pode mais admitir esse paroxismo de somente defender os direitos de quem matou, roubou, traficou ou estuprou, enquanto famílias honestas choram seus entes mortos nessa selva de violência.

Já vi serem usados estudos psicológicos, históricos e sociológicos para justificar esses crimes e falcatruas. Isso beira à hipocrisia e ao cinismo. Essa pesquisa psíquica e social pode e deve ser utilizada como um instrumento efetivo de apoio ao combate a essa chaga do crime no Brasil, e não só como justificativa para a existência dos delitos que nos assustam diariamente. Os tempos são urgentes.